

**Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Wagner Petelin', written over a faint circular stamp.

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	11	15	2.009	2.822	Fornecedores e empreiteiros	12	-	129	18.260	6.472
Aplicações financeiras	7	-	-	17.328	55.863	Empréstimos e debêntures	13	128.920	-	147.161	3
Debêntures privadas partes relacionadas	9	116.394	100.819	-	-	Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	2.791	2.421
Contas a receber de clientes	8	-	-	11.392	7.649	Obrigações fiscais		73	1	948	1.349
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	4.038	8.312	2.384	2.258	Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.510	971
Estoques		-	-	698	356	Parcelamentos de impostos		-	-	241	475
Ativo fiscal corrente		-	87	913	2.937	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	23.976	27.366	30.260	30.400
Adiantamento a fornecedores		7	-	636	2.783	Outras contas a pagar	14	-	-	784	860
Outros créditos		21	-	922	375	Total do passivo circulante		152.969	27.496	201.955	42.951
Total do ativo circulante		120.471	109.233	36.282	75.043	Empréstimos e debêntures	13	-	111.456	-	127.369
Ativo fiscal diferido	22	-	-	8.930	10.013	Parcelamentos de impostos		-	-	1.259	1.500
Outros créditos		-	387	80	526	Provisão para contingências	15	-	-	9.757	14.984
Total do realizável a longo prazo		-	387	9.010	10.539	Passivo fiscal diferido	22	79	95	28.360	30.223
Investimentos	10	77.421	75.489	82	82	Outras contas a pagar	14	-	-	2.496	3.003
Imobilizado		-	-	213	229	Total do passivo não circulante		79	111.551	41.872	177.079
Intangível	11	-	-	282.369	220.976	Patrimônio líquido	16				
Total do ativo não circulante		77.421	75.876	291.674	231.826	Capital social		52.002	52.002	52.002	52.002
						Prejuízos acumulados		(7.158)	(5.940)	(7.158)	(5.940)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		44.844	46.062	44.844	46.062
						Participação de não controladores		-	-	39.285	40.777
						Total do patrimônio líquido		44.844	46.062	84.129	86.839
						Total do passivo		153.048	139.047	243.827	220.030
Total do ativo		197.892	185.109	327.956	306.869	Total do passivo e patrimônio líquido		197.892	185.109	327.956	306.869

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	17	-	-	147.921	116.464
Custos dos serviços prestados	18	-	-	<u>(123.981)</u>	<u>(100.423)</u>
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.940</u>	<u>16.041</u>
Despesas administrativas e gerais	19	(493)	(2.275)	(9.070)	(7.801)
Outras receitas operacionais	20	-	-	4	191
Resultado de equivalência patrimonial		<u>1.932</u>	<u>2.980</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>1.439</u>	<u>705</u>	<u>14.874</u>	<u>8.431</u>
Receitas financeiras	21	15.584	10.891	6.307	8.323
Despesas financeiras	21	<u>(18.257)</u>	<u>(13.494)</u>	<u>(18.787)</u>	<u>(16.222)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(2.673)</u>	<u>(2.603)</u>	<u>(12.480)</u>	<u>(7.899)</u>
(Prejuízo) / Lucro antes dos impostos		<u>(1.234)</u>	<u>(1.898)</u>	<u>2.394</u>	<u>532</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	16	(95)	(5.104)	(1.830)
Prejuízo do exercício		<u>(1.218)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(2.710)</u>	<u>(1.298)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		(1.218)	(1.993)	(1.218)	(1.993)
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.492)</u>	<u>695</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.218)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(2.710)</u>	<u>(1.298)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	<u>(1.218)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(2.710)</u>	<u>(1.298)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(1.218)</u></u>	<u><u>(1.993)</u></u>	<u><u>(2.710)</u></u>	<u><u>(1.298)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Total do capital social	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 01º de janeiro de 2014	<u>52.001</u>	<u>(1.464)</u>	<u>50.537</u>	<u>(3.947)</u>	<u>46.590</u>	<u>40.082</u>	<u>86.672</u>
Integralização de capital	-	1.464	1.464	-	1.464	-	1.464
Aumento de capital	1	-	1	-	1	-	1
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.993)</u>	<u>(1.993)</u>	<u>695</u>	<u>(1.298)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>52.002</u>	<u>-</u>	<u>52.002</u>	<u>(5.940)</u>	<u>46.062</u>	<u>40.777</u>	<u>86.839</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(1.492)</u>	<u>(2.710)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>52.002</u>	<u>-</u>	<u>52.002</u>	<u>(7.158)</u>	<u>44.844</u>	<u>39.285</u>	<u>84.129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(1.234)	(1.898)	2.394	532
Ajustes para:				
Amortização e depreciação	-	1.493	12.230	10.282
Resultado na baixa de intangível	-	-	-	284
Juros sobre empréstimos e debêntures	17.417	13.386	13.649	14.503
Juros sobre aplicações financeiras	(15.576)	(10.891)	(5.047)	(7.291)
Ajuste a valor presente de clientes	-	-	44	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.932)	(2.980)	-	-
(Reversão) / Constituição de contingências	-	-	(6.746)	74
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.831	249
	(1.325)	(890)	18.355	18.633
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) / Diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(5.618)	(2.784)
Estoques	-	-	(342)	(85)
Ativo fiscal corrente e não corrente	87	(87)	(653)	(2.937)
Adiantamentos a fornecedores	(7)	301	2.147	(47)
Outros créditos	366	(424)	(101)	(24)
Aumento / (Diminuição) dos passivos				
Fornecedores e empreiteiros	(129)	21	11.788	1.543
Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	370	505
Obrigações fiscais	72	-	(401)	157
Parcelamentos de impostos	-	-	(475)	-
Outras contas a pagar	-	-	936	(1.683)
Juros pagos	48	-	98	(2.124)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.667)	(4.908)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(888)	(1.079)	23.437	6.246
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras e debêntures	-	(50.855)	43.582	(9.499)
Aquisição de imobilizado	-	-	-	(233)
Aquisição de intangível	-	-	(67.566)	(70.309)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(50.855)	(23.984)	(80.041)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos e debêntures captadas	-	100.000	-	115.472
Empréstimos e debêntures pagas	-	(71.402)	-	(70.000)
Integralização de capital	-	1.465	-	1.465
Conta corrente a receber de partes relacionadas	4.274	5.930	(126)	(262)
Conta corrente a pagar para partes relacionadas	(3.390)	14.686	(140)	25.059
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	884	50.679	(266)	71.734
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(4)	(1.255)	(813)	(2.061)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	15	1.270	2.822	4.883
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11	15	2.009	2.822
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(4)	(1.255)	(813)	(2.061)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Nascentes do Xingú Participações e Administração S.A. (“Companhia”) é uma ‘Holding’, constituída em 1º de dezembro de 2012 na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Av. Miguel Sutil, nº 12.727, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso. Sua finalidade é a de administrar bens móveis ou imóveis próprios e a de participar em outras sociedades e atuar como holding do complexo Xingú que conta com 17 empresas que prestam serviços de fornecimento de água e tratamento dos esgotos nos municípios de Sorriso, Poconé, Primavera do Leste, Campo Verde, Marcelândia, Vera, União do Sul, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Nortelândia, Pedra Preta, Jangada, Peixoto de Azevedo, Carlinda, Claudia, Jauru e Barra do Garças, todas no Estado do Mato Grosso.

Conforme demonstrado no balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 12.560, basicamente em virtude de empréstimos classificados no passivo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. A Empresa possui suporte financeiro da controladora direta Aegea Saneamento e Participações S.A., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com suas obrigações.

2 Aspectos societários

a. Cisão total de controlada

Em 30 de novembro de 2014, foi aprovada a cisão total da controlada Silvegli Participações Ltda. (“Silvegli”) com base no valor do patrimônio líquido da sociedade apurado em 31 de outubro de 2014. A cisão total ocorreu em 17 partes, tendo o seu acervo líquido sido totalmente absorvido pelas também controladas da Companhia Águas de Barra do Garças Ltda., Águas de Santa Carmem S.A., Águas de União do Sul S.A., Águas de Jaurú Abastecimento e Distribuição S.A., Saneamento Básico de Pedra Preta S.A., Águas de São José S.A., Águas de Sorriso S.A., Saneamento Básico de Jangada S.A., Águas de Marcelândia S.A., Águas de Vera S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de Campo Verde S.A., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A., Águas de Poconé S.A., Águas de Carlinda S.A. e Águas de Cláudia S.A. (“Concessionárias”), na proporção dos investimentos que a Silvegli possuía em cada uma delas, e pela Companhia que recebeu os direitos aquisitivos de participação societária de Águas de Nortelândia S.A. Antes da incorporação, as Concessionárias e a Águas de Nortelândia S.A. foram transformadas em sociedades por ações de capital fechado, exceto Águas de Barra do Garças Ltda. que permaneceu sob forma de sociedade por cotas de responsabilidade limitada e APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. que já estava constituída como sob a forma de sociedade anônima de capital fechado.

O capital social das Concessionárias, exceto o da Águas de Barra do Garças Ltda., não foi alterado ao absorver o acervo cindido da Silvegli, posto que referido acervo, desconsiderando os valores dos investimentos detidos pela Silvegli nessas controladas, foi contabilizado como “reserva especial de ágio”, nos termos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, considerando se tratar de uma transação de capital por meio de contribuição da Companhia para suas controladas na qualidade de sócia.

3 Entidades do Grupo

A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia em subsidiárias no Brasil:

	% Participação			
	2015		2014	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controlada				
Águas de Barra do Garças Ltda.	99,99%	0,01%	100,00%	-
Águas de Sorriso S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Poconé S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Primavera S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Campo Verde S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Marcelândia S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Vera S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de União do Sul S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de São José S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Santa Carmem S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Nortelândia S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	51,00%	-	51,00%	-
APA - Água de Peixoto de Azevedo S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Carlinda S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Cláudia S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Águas de Juru Abastecimento e Distribuição S.A.	51,00%	-	51,00%	-

A Companhia em 20 de maio de 2015, de modo a restabelecer a pluralidade de sócios de sua controlada Águas de Barra do Garças Ltda., cede e transfere 1 (uma) quota, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) para a sócia ingressante Aegea Saneamento e Participações S.A.

Controladas	Objeto social	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão
Águas de Barra do Garças Ltda.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	090/2003	09/2033
Águas de Campo Verde S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	01/2001	11/2031
Águas de Carlinda S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/04	01/2034
Águas de Cláudia S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	033/2004	03/2034
Águas de Juru Abastecimento e Distribuição S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	013/2012	01/2042
Águas de Marcelândia S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2003	06/2033
Águas de Nortelândia S.A. (i)	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2002	01/2052
Águas de Poconé S.A.	Concessão de serviços públicos de abastecimento de água.	146/2008	06/2024
Águas de Primavera S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/05/2000	08/2030
Águas de Santa Carmem S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2001	11/2031
Águas de São José S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	01/2008	03/2038
Águas de Sorriso S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2000	06/2030
Águas de União do Sul S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2000	08/2030
Águas de Vera S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/2003	04/2034
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	001/1998	08/2030
Saneamento Básico de Jangada S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	031/2004	06/2034
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	Concessão de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	098/2003	12/2023

- (i) Em 23 de dezembro de 2014, a Prefeitura Municipal de Nortelândia e a Concessionária assinaram o 1º Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão nº 001/2002 como forma de restabelecer parcialmente o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no qual as partes acordam em estender o prazo de concessão por mais 20 anos, passando a data do término da concessão para 01/2052.

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** - reconhecimento e mensuração de provisão para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 11** - definição de vida útil do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 15** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócio, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios:

- Pelo valor justo; ou
- Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas.

Ajustes à participação de não-controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício.

(ii) Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mantidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

c. Estoques

Os estoques de material e consumo são mensurados pelo custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

d. Ativos intangíveis

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de concessão resultante da aquisição de controladas;
- Direito de exploração de infraestrutura - veja item “n”;
- São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com sua vida útil estimada;
- Intangível em andamento.

São custos diretamente atribuíveis a construção da infraestrutura que incluem gastos com material, mão de obra direta e juros capitalizados dos empréstimos e debêntures.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

h. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia e suas controladas define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia e suas controladas até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2015 com relação a este assunto.

i. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

k. Receita operacional

(i) Contratos de concessão de serviços

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada, consistente com a política contábil para o reconhecimento de receita sobre contrato de concessão de serviços de Administração que está baseada na Interpretação Técnica n° 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão e correlacionada ao Pronunciamento Técnico n° 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Construção.

Receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pelas controladas. Quando as controladas prestam mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(ii) Serviços de abastecimento de água e esgoto

A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é reconhecida por ocasião da medição do consumo de água.

(iii) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados pelas controladas.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, debêntures e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos e debêntures e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

As controladas Águas de Carlinda S.A., Águas de Claudia S.A., Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A., Águas de Nortelândia S.A., Águas de Santa Carmen S.A., Águas de União do Sul S.A., Águas de Sorriso S.A., Águas de Primavera S.A., Águas de São José S.A., APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A. e Águas de Vera S.A., têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32% para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As demais controladas e a controladora tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e

diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

n. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (equivalente ao IFRIC 12 nas normas internacionais de contabilidade - IFRS), não é registrada como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso das controladas não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas estimaram que eventual margem é próxima a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

o. Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia e suas controladas adotam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório.

p. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas.
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

r. **Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo.

6 **Caixa e equivalentes de caixa**

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Bancos conta movimento	11	15	2.009	2.822
	11	15	2.009	2.822

Os saldos de bancos compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis.

7 **Aplicações financeiras**

Modalidade	Taxa de juros média a.a. %	Vencimento	Consolidado	
			2015	2014
CDB pós-fixado	75% a 107% do CDI	maio/2016 à julho/2019	13.928	55.863
Fundo de investimento	Valorização do Preço Unitário	Indeterminado	3.400	-
			17.328	55.863

As aplicações em CDBs, embora tenham vencimentos de longo prazo, podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo de sua remuneração e faz parte da gestão diária de caixa da Companhia e suas controladas, motivo pelo qual estão apresentadas no ativo circulante.

As cotas adquiridas do Fundo de Investimento, correspondem a um fundo de investimentos multimercado não exclusivo, resgatáveis a qualquer prazo conforme as necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas.

A carteira dos fundos é composta por certificados de depósitos bancários com instituições financeiras “*investment grade*” em condição de baixo risco de crédito que denota adequadas garantias e reduzida vulnerabilidade a fatores de perturbação externos a uma emissão ou a um conjunto de obrigações de emissor.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa como atividade operacional. Os resgates das aplicações financeiras e suas captações são consideradas nas demonstrações dos fluxos de caixa de atividades de investimento.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

8 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2015	2014
Faturamento de serviços de água e esgoto	11.260	13.198
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	3.102	-
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.970)	(5.549)
	11.392	7.649

O vencimento das contas a receber na data das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era conforme segue:

	Consolidado				
	Saldos vencidos				
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2015
Residencial	2.382	4.001	143	4.144	6.526
Comercial	163	712	242	954	1.117
Industrial	11	23	6	29	40
Setor público	329	758	1.002	1.760	2.089
Subtotal consumidores	2.885	5.494	1.393	6.887	9.772
Renegociações (i)	-	-	-	-	1.488
					11.260

	Consolidado				
	Saldos vencidos				
Classe de consumidor	Saldos a vencer	Até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2014
Residencial	1.575	3.381	2.704	6.085	7.660
Comercial	181	555	603	1.158	1.339
Industrial	7	17	23	40	47
Setor público	227	874	2.219	3.093	3.320
Subtotal consumidores	1.990	4.827	5.549	10.376	12.366
Renegociações	-	-	-	-	832
					13.198

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

Segue abaixo detalhamento da provisão para crédito de liquidação duvidosa por classe de consumidor:

	Consolidado			
	2015			
	Saldos a vencer e vencidos até 180 dias	Acima de 180 dias	Total	Total 2014
Residencial	(577)	(143)	(720)	(2.704)
Comercial	(234)	(242)	(476)	(603)
Industrial	(20)	(6)	(26)	(2.219)
Setor público	(592)	(1.002)	(1.594)	(23)
Renegociações	(154)	-	(154)	-
	<u>(1.577)</u>	<u>(1.393)</u>	<u>(2.970)</u>	<u>(5.549)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Natureza	Consolidado				
	Saldo em 2014	(+) Adições	(-) Reversões	(-) Baixa títulos	Saldo em 2015
Correntes	(5.549)	(3.229)	1.552	4.410	(2.816)
Renegociações	-	(154)	-	-	(154)
	<u>(5.549)</u>	<u>(3.383)</u>	<u>1.552</u>	<u>4.410</u>	<u>(2.970)</u>

Natureza	Consolidado			
	Saldo em 2013	(+) Adições	(-) Reversões	Saldo em 2014
Correntes	(5.300)	(2.341)	2.092	(5.549)
	<u>(5.300)</u>	<u>(2.341)</u>	<u>2.092</u>	<u>(5.549)</u>

- (i) O saldo na linha de renegociações está líquido do ajuste a valor presente o valor de R\$ 44 calculados individualmente para cada fatura em 31 de dezembro de 2015, com base na taxa anual de desconto de 10,24%.

A Administração das controladas tem adotado uma série de medidas visando identificar as causas de inadimplência e vem implementando diversas ações com o intuito de reduzi-la. Entre essas medidas conta com a revisão dos hidrômetros, o parcelamento de débitos, a manutenção de um programa de cortes permanente e o combate sistemático às fraudes e ligações clandestinas.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de contas a receber corrente em atraso acima de 180 dias que indicam que os clientes não devem pagar seus saldos pendentes.

A Administração também constitui provisão complementar para contas a receber corrente e renegociações a vencer e vencidos há menos de 180 dias proveniente de clientes que possuem fatura (s) inserida (s) na provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia trata os títulos a receber vencidos a mais de 180 dias, de valores individuais abaixo de R\$ 5 e os inadimplidos a partir de 08 de outubro de 2014 de valores abaixo de R\$ 15, nos registros contábeis como perda efetiva utilizando o mesmo critério do tratamento fiscal conforme Leis 9.430/96 e 13.097/15, sem prejuízo da manutenção da cobrança dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou a baixa efetiva dos títulos do contas a receber no valor de R\$ 4.410, tendo como contrapartida a provisão para crédito de liquidação duvidosa, ambas as contas do ativo circulante e não circulante, não tendo efeito no resultado do exercício.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, foram baixados títulos diretamente ao resultado do exercício no montante de R\$ 1.174.

9 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou na controladora e no consolidado R\$ 2.142 (R\$ 1.509 em 2014), registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego (exceto pelo plano de saúde mencionado na nota explicativa nº 5 j (ii)), outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Controladora

A controladora final da Companhia é a Greq Participação e Administração Ltda. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detêm totalidade das ações que representam o seu capital social.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As principais operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Outras contas a receber (a)				
Águas de Barra do Garças Ltda.	3	-	-	-
Águas de Campo Verde S.A.	2	-	-	-
Águas de Confresa S.A.	1	-	10	14
Águas de Diamantino S.A.	1	-	15	24
Águas de Garantã Ltda.	1	-	20	14
Águas de Matupá Ltda.	-	-	11	18
Águas de Novo Progresso - Tratamento e Distribuição Ltda.	2	-	12	20
Águas de Paranatinga Ltda.	1	-	14	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	4	7
Águas de Primavera S.A.	2	-	-	-
Águas de Sinop S.A.	4	-	108	175
Águas de Sorriso S.A.	3	-	-	-
APA - Águas de Peixoto Azevedo S.A.	1	-	-	-
	21	-	194	272
Conta corrente com partes relacionadas (b)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	287	1.376
Águas de Campo Verde S.A.	626	1.587	-	-
Águas de Carlinda S.A.	-	842	-	-
Águas de Cláudia S.A.	-	32	-	-
Águas de Confresa S.A.	-	-	56	56
Águas de Garantã Ltda.	-	-	42	-
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	121	-	-	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	1.903	826
Águas de Primavera S.A.	458	1.105	-	-
Águas de Sorriso S.A.	2.833	4.746	-	-
Nascentes do Xingú Investimentos S.A.	-	-	96	-
	4.038	8.312	2.384	2.258
Debêntures privadas (d)				
Águas de Campo Verde S.A.	17.095	14.804	-	-
Águas de Cláudia S.A.	3.051	2.642	-	-
Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	1.350	1.169	-	-
Águas de Marcelândia S.A.	4.160	3.602	-	-
Águas de Nortelândia S.A.	690	598	-	-
Águas de Poconé S.A.	2.585	2.239	-	-
Águas de Primavera S.A.	23.434	20.293	-	-
Águas de São José S.A.	1.607	1.391	-	-
Águas de Sorriso S.A.	40.144	34.790	-	-
Águas de Vera S.A.	2.436	2.109	-	-
APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	14.758	12.780	-	-
Saneamento Básico de Jangada S.A.	774	670	-	-
Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	4.310	3.732	-	-
	116.394	100.819	-	-
	120.453	109.131	2.578	2.530
Ativo não circulante				
Aquisições de ativo intangível no exercício (c)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav				
Engenharia e Comércio Ltda.)	-	-	974	-

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	-	4.236
Kullinan Engenharia e Construção Ltda. (Consórcio Ibura)	-	-	16.899	13.812
Minerpav Mineradora Ltda.	-	-	24	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.897</u>	<u>18.048</u>
	<u>120.453</u>	<u>109.131</u>	<u>20.475</u>	<u>20.578</u>
Passivo circulante				
Fornecedores e empreiteiros (nota explicativa nº 12) (a) e (c)				
Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav Engenharia e Comércio Ltda.)	-	-	126	-
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	463	81
Águas Guariroba S.A.	-	-	347	245
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	124	146
Eletricidade Paraense S.A.	-	-	3	3
Greq Participações e Administração Ltda.	-	-	-	1
Kullinan Engenharia e Construção Ltda. (Consórcio Ibura)	-	-	4.019	-
Lerans Energia e Participações Ltda.	-	-	8	8
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	55	44
Minerpav Mineradora Ltda.	-	-	4	-
Prolagos S.A. - Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto	-	-	3	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.152</u>	<u>528</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.152</u>	<u>528</u>
Contas corrente com partes relacionadas (b)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	23.951	23.003	28.787	28.927
Águas de Campo Verde S.A.	-	930	-	-
Águas de Carlinda S.A.	-	842	-	-
Águas de Claudia S.A.	11	42	-	-
Águas de Confresa S.A.	-	-	61	60
Águas de Nortelândia S.A.	14	14	-	-
Águas de Porto Esperidião Saneamento e Distribuição Ltda.	-	-	38	38
Águas de Primavera S.A.	-	647	-	-
Águas de Sorriso S.A.	-	1.888	-	-
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	268	268
Filadelfo Reis Dias	-	-	1.017	1.017
Lerans Energia e Participações Ltda.	-	-	11	12
Mara Daisy Gil Dias	-	-	78	78
	<u>23.976</u>	<u>27.366</u>	<u>30.260</u>	<u>30.400</u>
	<u>23.976</u>	<u>27.366</u>	<u>35.412</u>	<u>30.928</u>
Resultado do exercício				
Custos dos serviços prestados (a)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	-	31
Águas Guariroba S.A.	-	-	-	80
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	142	294
Eletricidade Paraense S.A.	-	-	-	2
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	385	366
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>527</u>	<u>773</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>527</u>	<u>773</u>
Despesas de vendas, administrativas e gerais (a)				
Aegea Saneamento e Participações S.A.	-	-	6.462	77
Águas Guariroba S.A.	-	-	-	18
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	-	49	108

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Eletricidade Paraense S.A.	-	-	-	1
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda.	-	-	188	116
	-	-	6.699	320
	-	-	7.226	1.093

- (a) A natureza dos saldos mantidos nas outras contas a receber, fornecedores e custos e despesas resumem a prestação de serviços de contabilidade, fiscal/auditoria fiscal, financeiro, recursos humanos, Administração de pessoal, centro de segurança da receita e tecnologia da informação através do centro de serviços administrativos (“CAA” - Centro Administrativo AEGEA), localizado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo, e repasse de gastos administrativos e operacionais. Além de serviço de locação de veículos prestado pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos S.A.
- (b) Os valores referentes a essas transações estão mantidos nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, e referem-se a movimentações financeiras para suprimento de caixa, sem prazo de vencimento e atualização.
- (c) Os valores mantidos com partes relacionadas classificados no grupo de intangível são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. O Consórcio Ibura é composto por 51% pela consorciada Aegea Engenharia e Comércio Ltda. (anteriormente denominada Engepav Engenharia e Comércio Ltda.) e 49% pela consorciada Kullinan Engenharia e Construção Ltda.
- (d) Os valores se referem a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição privada sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, emitidas pelas controladas, com a finalidade de investimento em infraestrutura e capital de giro, a uma taxa de juros CDI + 2,10% a.a., com prazo de vencimento em 07 de agosto de 2016.

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	2015	2014
Investimentos	77.421	75.489
	77.421	75.489

b. Composição e movimentação dos investimentos

	Água de Barra do Garças Ltda.	Águas de Campo Verde S.A.	Águas de Carlinda S.A.	Águas de Cláudia S.A.	Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	Águas de Marcelândia S.A.	Águas de Nortelândia S.A.	Águas de Poconé S.A.	Águas de Primavera S.A.	Águas de Santa Carmem S.A.	Águas de São José S.A.	Águas de Sorriso S.A.	Águas de União do Sul S.A.	Águas de Vera S.A.	APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	Saneamento Básico de Jangada S.A.	Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	Silvegli Participações Ltda.	Total
Capital Social	5.745	3.870	70	350	50	160	30	100	10.150	70	100	5.400	70	70	6	100	950	-	-
Quantidade de ações:																			
Ações ordinárias	-	3.870.000	70.000	350.000	50.000	160.000	30.000	100.000	10.150.000	70.000	100.000	5.400.000	70.000	70.000	6.000	100.000	950.000	-	-
Participação	100,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%	-	-
Total do ativo das controladas	36.400	34.000	1.360	4.768	1.414	4.426	1.852	6.891	48.835	412	3.062	71.343	454	3.290	17.367	862	13.203	-	249.939
Total do passivo das controladas	23.411	26.097	1.222	4.188	1.750	4.413	1.196	6.640	34.658	144	1.945	60.550	68	2.711	16.524	871	12.538	-	198.926
Resultado das controladas	(722)	1.058	(258)	(298)	(468)	(395)	(118)	(1.061)	1.181	118	388	(2.204)	(5)	105	(498)	(43)	(548)	-	(3.768)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2015	12.989	7.903	138	580	(336)	13	656	251	14.177	268	1.117	10.793	386	579	843	(9)	665	-	51.013
Outras combinações de negócios	7.267	9.262	265	468	1	100	117	960	10.440	104	474	15.517	36	457	655	84	352	-	46.559
Atualização das contingências da combinação de negócios (ii)	(767)	(149)	-	-	-	(22)	(14)	(41)	(266)	(7)	(20)	(105)	(8)	(15)	(41)	(14)	(50)	-	(1.519)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2015 - ajustado	6.500	9.113	265	468	1	78	103	919	10.174	97	454	15.412	28	442	614	70	302	-	45.040
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2015	19.489	13.144	335	764	(170)	85	438	1.047	17.404	234	1.024	20.916	225	737	1.044	65	641	-	77.421

	Água de Barra do Garças Ltda.	Águas de Campo Verde S.A.	Águas de Carlinda S.A.	Águas de Cláudia S.A.	Águas de Jauru Abastecimento e Distribuição S.A.	Águas de Marcelândia S.A.	Águas de Nortelândia S.A.	Águas de Poconé S.A.	Águas de Primavera S.A.	Águas de Santa Carmem S.A.	Águas de São José S.A.	Águas de Sorriso S.A.	Águas de União do Sul S.A.	Águas de Vera S.A.	APA - Águas de Peixoto de Azevedo S.A.	Saneamento Básico de Jangada S.A.	Saneamento Básico de Pedra Preta S.A.	Silvegli Participações Ltda.	Total
Valor do investimento em 1º de janeiro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64.650	64.650
Equivalência patrimonial	576	(844)	6	(205)	(71)	(240)	155	(1.924)	(558)	37	211	(226)	12	168	(308)	(104)	175	6.123	2.980
Aumento de capital com AFAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.859
Transferência de investimentos entre controladas (i)	18.323	12.798	469	1.118	139	382	253	3.228	16.040	96	573	22.871	170	386	1.352	148	284	(78.632)	-
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2014	18.899	11.954	475	913	68	142	408	1.304	15.482	133	784	22.645	182	554	1.044	44	459	-	75.489
Equivalência patrimonial	(722)	540	(133)	(152)	(239)	(201)	(60)	(541)	602	60	198	(1.123)	(3)	54	(254)	(22)	(279)	-	(2.275)
Reversão de contingências possíveis da combinação de negócios (ii)	2.079	1.092	-	16	1	171	108	369	1.967	53	76	43	55	160	324	61	536	-	7.111
Atualização das contingências da combinação de negócios (ii)	(767)	(149)	-	-	-	(22)	(14)	(41)	(266)	(7)	(20)	(105)	(8)	(15)	(41)	(14)	(50)	-	(1.519)
Amortização do valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios (iii)	-	(293)	(7)	(13)	-	(5)	(4)	(44)	(381)	(5)	(14)	(544)	(1)	(16)	(29)	(4)	(25)	-	(1.385)
Total da equivalência patrimonial	590	1.190	(140)	(149)	(238)	(57)	30	(257)	1.922	101	240	(1.729)	43	183	-	21	182	-	1.932
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2015	19.489	13.144	335	764	(170)	85	438	1.047	17.404	234	1.024	20.916	225	737	1.044	65	641	-	77.421

- (i) Em 30 de novembro de 2014, ocorreu a cisão total da Silvegli e todo seu acervo foi absorvido pelas controladas pela proporção que a Silvegli possuía em cada uma delas, exceto Águas de Nortelândia S.A.
- (ii) Refere-se à decadência de casos jurídicos reconhecidas na combinação de negócios e atualização monetária dos saldos remanescentes contabilizados no resultado do exercício.
- (iii) Amortização contabilizada no resultado do exercício da controladora como amortização em despesas administrativas e gerais.

11 Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta as seguintes composições:

a. Composição dos saldos

Ativo	Vida útil (em anos)	Prazo remanescente (em anos)	Taxa média anual	2015		2014	
				Custo	(-) Amortização	Líquido	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura							
Direito de exploração da infraestrutura	19	18	5,6%	122.009	(18.858)	103.151	109.714
Outorga / Contrato de Concessão	de 30 a 50	de 15 a 36	2,0%	11.122	(4.703)	6.419	6.769
Instalações técnicas de saneamento	de 05 a 36	de 04 a 36	6,8%	116.296	(11.438)	104.858	32.312
Edificações de estações de tratamento	de 05 a 36	de 03 a 36	6,6%	14.510	(721)	13.789	4.378
Máquinas e equipamentos	de 03 a 36	de 01 a 35	7,5%	7.295	(982)	6.313	7.486
Outros componentes	de 03 a 36	de 01 a 35	9,0%	9.517	(2.806)	6.711	890
				280.749	(39.508)	241.241	161.549
Intangível em andamento							
Intangível em andamento (iii)				39.037	-	39.037	50.352
Adiantamento a fornecedores				1.364	-	1.364	9.075
				40.401	-	40.401	59.427
Software							
Licença de uso de software	3	de 02 a 03	33,3%	943	(216)	727	-
				943	(216)	727	-
				322.093	(39.724)	282.369	220.976

b. Movimentação do custo

Ativo	2014		2015		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Direito de exploração da infraestrutura	122.009	-	-	-	122.009
Outorga / Contrato de Concessão	11.122	-	-	-	11.122
Instalações técnicas de saneamento	40.199	1.154	-	74.943	116.296
Edificações de estações de tratamento	4.774	45	-	9.691	14.510
Máquinas e equipamentos	9.325	540	-	(2.570)	7.295
Outros componentes	1.630	1.766	-	6.121	9.517
	189.059	3.505	-	88.185	280.749
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	50.352	77.754	-	(89.069)	39.037
Adiantamento a fornecedores	9.075	-	(7.711)	-	1.364
	59.427	77.754	(7.711)	(89.069)	40.401
Software					
Licença de uso de software	-	59	-	884	943
	-	59	-	884	943
	248.486	81.318	(7.711)	-	322.093

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Ativo	2013		2014		
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Direito de exploração da infraestrutura					
Direito de exploração da infraestrutura	131.089	-	-	(9.080) (i)	122.009
Outorga / Contrato de Concessão	10.710	412	-	-	11.122
Instalações técnicas de saneamento	33.086	-	(284)	7.397	40.199
Edificações de estações de tratamento	3.451	-	-	1.323	4.774
Máquinas e equipamentos	6.087	-	-	3.238	9.325
Outros componentes	1.430	-	-	200	1.630
	185.853	412	(284)	3.078	189.059
Intangível em andamento					
Intangível em andamento	1.687	60.823	-	(12.158)	50.352
Adiantamento de Obras	-	9.075	-	-	9.075
	1.687	69.898	-	(12.158)	59.427
	187.540	70.310	(284)	(9.080)	248.486

c. Movimentação da amortização

Ativo	2014	2015	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Direito de exploração da infraestrutura	(12.295)	(6.563)	(18.858)
Outorga / Contrato de Concessão	(4.353)	(350)	(4.703)
Instalações técnicas de saneamento	(7.887)	(3.551)	(11.438)
Edificações de estações de tratamento	(396)	(325)	(721)
Máquinas e equipamentos	(1.839)	857	(982)
Outros componentes	(740)	(2.066)	(2.806)
	(27.510)	(11.998)	(39.508)
Software			
Licença de uso de software	-	(216)	(216)
	-	(216)	(216)
	(27.510)	(12.214)	(39.724)

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Ativo	2013	2014	
	Amortização acumulada	Adições	Amortização acumulada
Direito de exploração da infraestrutura			
Direito de exploração da infraestrutura	(5.063)	(7.232)	(12.295)
Outorga / Contrato de Concessão	(3.978)	(375)	(4.353)
Instalações técnicas de saneamento	(6.177)	(1.710)	(7.887)
Edificações de estações de tratamento	(108)	(288)	(396)
Máquinas e equipamentos	(1.239)	(600)	(1.839)
Outros componentes	(663)	(77)	(740)
	(17.228)	(10.282)	(27.510)
	(17.228)	(10.282)	(27.510)

- (i) Refere-se ao registro de ativo fiscal diferido decorrente da incorporação reversa mencionada na nota explicativa nº 1. O respectivo montante foi transferido para a rubrica de Ativo fiscal diferido apresentado na nota explicativa nº 22 mediante a ocorrência do fato gerador de dedutibilidade fiscal do saldo.

Os juros sobre empréstimos capitalizados na rubrica intangível em andamento, no período findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 6.041 e uma taxa média de 15,18% a.a. (R\$ 0 em 2014). Os valores registrados como intangível em andamento referem-se a serviços de engenharia para melhoria ou expansão da infraestrutura de saneamento básico.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou nenhum fato que justificasse efetuar uma provisão em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A., e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento os quais são classificados pela Administração e seus assessores jurídicos externos como perda possível que podem resultar na perda das respectivas concessões. Os ativos relacionados a tais concessões somam R\$ 78.686 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 49.371 em 31 de dezembro de 2014).

Na hipótese de ser decretada a anulação de alguma das Concessões vinculadas aos processos judiciais acima citados, a Poder Concedente, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, deverá indenizar as parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos, bem como indenizar todos os danos emergentes e os lucros cessantes, eis que a Concessionária assinou o contrato de concessão partindo do pressuposto da sua legitimidade e validade.

12 Fornecedores e empreiteiros

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prestações de serviços e empreiteiros a pagar	-	129	13.108	5.944
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	-	-	5.152	528
	-	129	18.260	6.472

13 Empréstimos e debêntures

Modalidade	Encargos	Vencimento	Valor original	Controladora		Consolidado	
				2015	2014	2015	2014
Debêntures (ponte)	CDI + 2,10 a.a.	agosto/2016	100.000	128.920	111.456	128.920	111.456
Empréstimo (ponte)	TR + 12% a.a.	junho/2016	15.000	-	-	18.241	15.913
Capital de giro	CDI + 1,94% a.a.	junho/2015	30.000	-	-	-	3
				128.920	111.456	147.161	127.372
Circulante				128.920	-	147.161	3
Não circulante				-	111.456	-	127.369

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante da Companhia e suas controladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 têm vencimento em 07 de agosto de 2016.

Durante o exercício de 2015, a Companhia e suas controladas incorreram em custos de captação no montante de R\$ 343 (R\$ 849 em 2014) totalizando um montante de R\$ 269 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 435 em 2014) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 7 de fevereiro de 2014, mediante a 1ª emissão, a Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. emitiu 100 debêntures simples, não conversíveis em ações, da forma nominativa e escritural, em série única, da espécie com garantia real e garantias adicionais reais e fidejussórias com valor nominal total de R\$ 100.000. Estas debêntures têm vencimento em 07 de agosto de 2016, conforme a celebração do 1º aditivo datado de 19 de fevereiro de 2015, com amortizações de principal feita em uma única parcela no vencimento.

A Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. concedeu garantias relacionadas a tal financiamento, dentre elas as mais importantes são:

- Garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A.;
- Garantia de cessão fiduciária constituída no contrato, ao valor equivalente a 100% dos direitos creditórios da Águas de Primavera S.A., Águas de Sorriso S.A. e Águas de Campo Verde S.A.

A Nascentes do Xingu Participações e Administração S.A. e suas controladas mantêm em seus empréstimos, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado, tendo como avalista a Aegea Saneamento e Participações S.A.

Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015.

14 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	2015	2014
Direito de outorga a pagar - Aguas de Barra do Garça Ltda. (i)	2.744	2.946
Outras contas a pagar	536	917
	3.280	3.863
Circulante	784	860
Não circulante	2.496	3.003

- (i) O saldo refere-se ao valor a pagar para o poder concedente assumido pela controlada direta Águas de Barra do Garças Ltda. no momento da aquisição da concessão, conforme edital de concorrência.

15 Provisão para contingências

As controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que estão envolvidas.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos das controladas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, ou quanto exigido pelas normas contábeis aplicáveis, como se segue:

	Consolidado	
	2015	2014
Natureza		
Contingências cíveis	363	548
Contingências trabalhistas	211	205
Contingências tributárias	9.183	14.231
	9.757	14.984

	2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	2015
Cível	548	375	(560)	-	363
Trabalhista	205	668	(662)	-	211
Tributária	14.231	-	(6.567)	1.519	9.183
	14.984	1.043	(7.789)	1.519	9.757

	2013	Adições	Baixas	2014
Cível	517	168	(137)	548
Trabalhista	164	41	-	205
Tributária	14.229	2	-	14.231
	14.910	211	(137)	14.984

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas referentes a processos avaliados pelos assessores jurídicos das controladas como sendo de risco possível, na combinação de negócios em 31 de dezembro de 2015 somavam o montante de R\$ 7.664 (R\$ 14.775 em 2014) principalmente causas de natureza tributária.

As demais contingências somavam o montante de R\$ 548 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 1.800 em 2014). Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, além dos processos acima, as controladas Águas de Sorriso S.A., Águas de Poconé S.A. e Águas de Barra do Garças Ltda. possuem processos judiciais em andamento associados as respectivas Concessões os quais não é possível estimar o valor envolvido.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 15 de outubro de 2014, foi integralizado o capital restante da Companhia no valor de R\$ 1.464 e aumentado o capital social em R\$ 1. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social integralizado é de R\$ 52.002, e está representado por 52.000.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim representadas:

	2015	2014
Aegea Saneamento e Participações S.A.	99,99%	99,99%
Conselheiros	0,01%	0,01%
	100,00%	100,00%

17 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2015	2014
Serviços de abastecimento de água	61.409	50.076
Outros serviços indiretos de água	3.630	2.796
Serviços de esgoto	11.365	7.544
Receitas de construção	77.754	60.823
Total receita bruta	154.158	121.239
(-) Cancelamentos	(1.752)	-
(-) Impostos sobre serviços	(4.485)	(4.775)
Total da receita operacional líquida	147.921	116.464

18 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2015	2014
Pessoal	(12.165)	(12.143)
Conservação e manutenção	(1.162)	(1.043)
Serviços de terceiros	(3.202)	(3.512)
Materiais, equipamentos e veículos	(2.623)	(3.381)
Amortização e depreciação	(10.799)	(8.754)
Créditos de PIS e COFINS sobre amortização	159	178
Custo de concessão	(80)	(56)
Custo de construção	(77.754)	(60.823)
Energia elétrica	(11.300)	(7.130)
Produtos químicos	(1.052)	(1.077)
Locação	(1.172)	-
Outras despesas	(2.831)	(2.682)
	<u>(123.981)</u>	<u>(100.423)</u>

19 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal	-	-	(2.024)	(1.698)
Conservação e manutenção	-	-	-	(20)
Serviços de assessoria jurídica	-	-	(335)	(416)
Serviços de assessoria, consultoria e auditoria	-	(540)	(945)	(1.575)
Serviços de terceiros - outros	(347)	(25)	(6.372)	(143)
Materiais, equipamentos e veículos	-	-	(105)	(322)
Amortização e depreciação	-	(1.493)	(1.431)	(1.528)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.831)	(249)
Reversão (provisão) para contingências	-	-	6.746	(74)
Baixa de títulos do contas a receber	-	-	(1.174)	-
Energia elétrica	(37)	(3)	(63)	(34)
Seguros	-	-	(2)	(7)
Viagens e estadias	-	-	(149)	(401)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(12)	(26)	(79)
Outras despesas	(107)	(202)	(1.359)	(1.255)
	<u>(493)</u>	<u>(2.275)</u>	<u>(9.070)</u>	<u>(7.801)</u>

20 Outras receitas

	Consolidado	
	2015	2014
Resultado na baixa de ativo intangível	-	(284)
Indenização recebida em processo judicial	-	195
Outras receitas e despesas liquidas	4	280
	<u>4</u>	<u>191</u>

21 Despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Aplicações financeiras	15.576	10.891	5.047	7.291
Juros e multa por atraso no pagamento da fatura	-	-	1.245	912
Outras	8	-	15	120
Receitas financeiras	15.584	10.891	6.307	8.323
Despesas				
Encargos e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	(17.417)	(13.389)	(13.649)	(14.339)
Juros sobre atraso em pagamentos	(1)	(8)	(2.118)	(868)
Despesa com IOF	-	(58)	-	(66)
Despesas e comissões bancárias	-	(39)	(1.462)	(949)
Despesas com obrigações de outorga	-	-	(463)	-
Ajuste a valor presente	-	-	(44)	-
Impostos s/ receita financeira (PIS/COFINS)	(402)	-	(468)	-
Outras	(437)	-	(583)	-
Despesas financeiras	(18.257)	(13.494)	(18.787)	(16.222)
Despesas financeiras líquidas	(2.673)	(2.603)	(12.480)	(7.899)

22 Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está apresentada como segue:

	Controladora	
	2015	2014
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.234)	(1.898)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.932)	(2.980)
Prejuízo contábil ajustado	(3.166)	(4.878)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.076	1.659
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(1.060)	(1.564)
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	16	95
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	16	95
Alíquota efetiva	1%	2%

**Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.**
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	Consolidado	
	2015	2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.394	532
Lucro de controladas com apuração pelo lucro presumido	(5.851)	(6.180)
Prejuízo contábil ajustado	(3.457)	(5.648)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	1.175	1.920
Despesas indedutíveis	(1.030)	(120)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecida em anos anteriores	52	509
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido (i)	(1.945)	(1.808)
PAT e outros incentivos fiscais	-	121
Outras diferenças permanentes	2.569	200
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	(5.925)	(2.652)
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(5.883)	(4.415)
Diferido	779	2.585
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.104)	(1.830)
Alíquota efetiva	23%	15%

- (i) Ativo fiscal diferido não reconhecido a medida em que não é provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

	Controladora	
	Passivo	
	2015	2014
Custos de transação de debêntures	(79)	(95)
Passivo fiscal diferido líquido	(79)	(95)

	Consolidado			
	Ativos		Passivos	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	186	45	-	-
Provisão para participação nos lucros	214	298	-	-
Provisão para contingências	137	44	-	-
Outras provisões	-	15	-	-
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	6.563	9.080	-	-
Ajuste a valor presente de clientes	7	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa e contribuição social	2.465	531	-	-
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	-	-	(28.281)	(30.075)
Juros capitalizados no ativo intangível	-	-	(637)	-
Encargos financeiros sobre operações com debêntures	-	-	(84)	(148)
Montante passível de compensação	<u>(642)</u>	<u>-</u>	<u>642</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	<u>8.930</u>	<u>10.013</u>	<u>(28.360)</u>	<u>(30.223)</u>

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos seguintes itens:

	2015	2014
Valor justo dos ativos adquiridos em combinação de negócios	8.573	-
Prejuízos acumulados	<u>2.306</u>	<u>1.210</u>
	<u>10.879</u>	<u>1.210</u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

23 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Controladora	
	2015	2014
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	11	15
Debêntures privadas	116.394	100.819
Contas correntes a receber de partes relacionadas	8.432	8.312
	124.837	109.146
	Consolidado	
	2015	2014
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.009	2.822
Aplicações financeiras	17.328	55.863
Contas a receber de clientes	11.392	7.649
Contas correntes a receber de partes relacionadas	2.384	2.258
	33.113	68.592

Garantias

A política da Companhia e suas controladas é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Controladora							
2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Debêntures	128.920	142.530	142.530	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	28.370	28.370	-	-	-	-	28.370
	<u>157.290</u>	<u>170.900</u>	<u>142.530</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.370</u>
Consolidado							
2015	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	18.260	18.260	18.260	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	147.161	161.818	161.818	-	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	30.260	30.260	-	-	-	-	30.260
Outras contas a pagar	3.280	3.280	784	1.054	656	656	130
	<u>198.961</u>	<u>213.618</u>	<u>180.862</u>	<u>1.054</u>	<u>656</u>	<u>656</u>	<u>30.390</u>
Controladora							
2014	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	129	129	129	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	111.456	132.352	-	132.352	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	27.366	27.366	27.366	-	-	-	-
	<u>138.951</u>	<u>159.847</u>	<u>27.495</u>	<u>132.352</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Consolidado							
2014	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	6.472	6.472	6.472	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures	127.372	151.406	3	151.403	-	-	-
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	30.400	30.400	30.400	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.863	3.863	860	-	-	-	3.003
	<u>168.107</u>	<u>192.141</u>	<u>37.735</u>	<u>151.403</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.003</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e debêntures.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

		Controladora	
		Valor contábil	
		2015	2014
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Debêntures privadas partes relacionadas		116.394	100.819
		116.394	100.819
Instrumentos de taxa variável			
<i>Passivos financeiros</i>			
Debêntures		128.920	111.456
		128.920	111.456
		Consolidado	
		Valor contábil	
		2015	2014
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		17.328	55.863
		17.328	55.863
Instrumentos de taxa variável			
<i>Passivos financeiros</i>			
Empréstimos e debêntures		147.161	127.372
		147.161	127.372

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

				Controladora				
				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Passivos financeiros								
Debêntures	(128.920)	Varição do CDI	13,24%	(17.069)	(21.336)	(25.604)	(12.802)	(8.535)
				(17.069)	(21.336)	(25.604)	(12.802)	(8.535)

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Consolidado				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2015	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	13.928	Variação do CDI	13,24%	1.844	2.305	2.766	1.383	922
Aplicações financeiras	3.400	Variação do PU	1,03%	35	44	53	26	18
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(128.920)	Variação do CDI	13,24%	(17.069)	(21.336)	(25.604)	(12.802)	(8.535)
Empréstimos	(18.241)	Variação da TR	1,25%	(228)	(285)	(342)	(171)	(114)
1 + 2				<u>(15.418)</u>	<u>(19.272)</u>	<u>(23.127)</u>	<u>(11.564)</u>	<u>(7.709)</u>

Controladora				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2014	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Passivos financeiros								
Debêntures	(111.456)	Variação do CDI	10,81%	(12.048)	(15.060)	(18.073)	(9.036)	(6.024)
				<u>(12.048)</u>	<u>(15.060)</u>	<u>(18.073)</u>	<u>(9.036)</u>	<u>(6.024)</u>

Consolidado				Cenários				
Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2014	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	55.863	Variação do CDI	10,81%	6.039	7.548	9.058	4.529	3.019
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(111.456)	Variação do CDI	10,81%	(12.048)	(15.060)	(18.073)	(9.036)	(6.024)
Empréstimos	(15.916)	Variação da TR	0,86%	(137)	(171)	(205)	(103)	(68)
1 + 2				<u>(6.146)</u>	<u>(7.683)</u>	<u>(9.220)</u>	<u>(4.610)</u>	<u>(3.073)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a Administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		<u>Controladora</u>		
	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	11	-	11
Debêntures privadas partes relacionadas	9	116.394	-	116.394
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	8.432	-	8.432
Total		<u>124.837</u>	<u>-</u>	<u>124.837</u>
Passivos				
Debêntures	13	-	128.920	128.920
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	28.370	28.370
Total		<u>-</u>	<u>157.290</u>	<u>157.290</u>
		<u>Controladora</u>		
	NE	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2014
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	6	15	-	15
Debêntures privadas partes relacionadas	9	100.819	-	100.819
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	8.312	-	8.312
Total		<u>109.146</u>	<u>-</u>	<u>109.146</u>
Passivos				
Fornecedores e empreiteiros	12	-	129	129
Debêntures	13	-	111.456	111.456
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	27.366	27.366
Total		<u>-</u>	<u>138.951</u>	<u>138.951</u>

*Nascentes do Xingú Participações e
Administração S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.009	-	2.009
Aplicações financeiras	7	17.328	-	-	17.328
Contas a receber clientes	8	-	11.392	-	11.392
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	2.384	-	2.384
Total		17.328	15.785	-	33.113
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	12	-	-	18.260	18.260
Empréstimos e debêntures	13	-	-	147.161	147.161
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	30.260	30.260
Outras contas a pagar	14	-	-	3.280	3.280
Total		-	-	198.961	198.961

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.822	-	2.822
Aplicações financeiras	7	55.863	-	-	55.863
Contas a receber clientes	8	-	7.649	-	7.649
Contas correntes a receber de partes relacionadas	9	-	2.258	-	2.258
Total		55.863	12.729	-	68.592
Passivos					
Fornecedores e empreiteiros	12	-	-	6.472	6.472
Empréstimos e debêntures	13	-	-	127.372	127.372
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	9	-	-	30.400	30.400
Outras contas a pagar	14	-	-	3.863	3.863
Total		-	-	168.107	168.107

Valor justo

a. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

b. Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos em 31 de dezembro de 2015 é demonstrado abaixo:

	Controladora	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Debêntures	128.920	130.812
	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
Passivos		
Empréstimos e debêntures	147.161	149.488

Os valores justos de empréstimos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (exemplo: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos *spreads* contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- **(Nível 1)** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **(Nível 2)** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- **(Nível 3)** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como valor justo por meio do resultado são classificadas na categoria nível 2.

A divulgação do valor justo das debêntures é classificada no nível 2 de hierarquia de valor justo. Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datases.

24 Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Complexo Xingú

Os principais compromissos assumidos pelas controladas do Complexo Xingú, de acordo com os contratos de concessão referem-se as metas específicas de: (i) manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% da população e (ii) atingir níveis de atendimento dos serviços prestados de esgotamento sanitário de 50% a 100% da população, entre 2014 e 2033, de acordo com cada município.

Em 31 de dezembro de 2015 as metas estão sendo atendidas, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

* * *

Anselmo Henrique Seto Leal
Diretor Presidente

José Ailton Rodrigues
Diretor executivo

Itamar Portela Camargo
Contador - CRC MS 010387/O5S-MT